

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	21
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	23
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	24
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	36.147.533
Preferenciais	0
Total	36.147.533
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	1.069	1.017
1.01	Ativo Circulante	1.069	1.017
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3	22
1.01.03	Contas a Receber	0	5
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.066	990
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.066	990

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	1.069	1.017
2.01	Passivo Circulante	12	2
2.01.02	Fornecedores	2	2
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2	2
2.01.03	Obrigações Fiscais	10	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.057	1.015
2.03.01	Capital Social Realizado	965	616
2.03.02	Reservas de Capital	0	331
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	331
2.03.04	Reservas de Lucros	92	92
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	-24

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/06/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/06/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25	25	8	26
3.03	Resultado Bruto	25	25	8	26
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-132	-188	-18	-79
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-132	-236	-18	-79
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-94	-172	-15	-63
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-38	-64	-3	-16
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	48	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-107	-163	-10	-53
3.06	Resultado Financeiro	142	213	11	29
3.06.01	Receitas Financeiras	147	218	12	33
3.06.02	Despesas Financeiras	-5	-5	-1	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	35	50	1	-24
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10	-14	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25	36	1	-24
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25	36	1	-24
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00066	0,00097	0,00004	-0,00103

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/06/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/06/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	24	35	1	-24
4.03	Resultado Abrangente do Período	24	35	1	-24

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-45	-12
6.01.01	Caixa gerado nas Operações	0	-24
6.01.02	Variação do Ativo e do Passivo	0	12
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1	30
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44	18
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66	22
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	22	40

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	616	399	0	0	0	1.015
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	616	399	0	0	0	1.015
5.04	Transações de Capital com os Sócios	341	-331	0	0	0	10
5.04.01	Aumentos de Capital	10	-331	0	0	0	10
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	331	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24	0	24
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24	0	24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	957	68	0	24	0	1.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	561	168	0	0	0	729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	561	168	0	0	0	729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	55	-25	0	0	0	30
5.04.01	Aumentos de Capital	55	-55	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro Aumento de Capital	0	30	0	0	0	30
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-24	0	-24
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-24	0	-24
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	616	143	0	-24	0	735

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	72	26
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	72	26
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-241	-79
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-241	-79
7.03	Valor Adicionado Bruto	-169	-53
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-169	-53
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	218	33
7.06.02	Receitas Financeiras	218	33
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	49	-20
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	49	-20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13	0
7.08.02.01	Federais	13	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	4
7.08.03.01	Juros	0	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	36	-24
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	36	-24

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Relatório da Administração:

Senhores acionistas:

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as Informações Trimestrais relativas ao exercício findo em 30 de setembro de 2014, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída em 14 de setembro de 1998, por meio de cisão parcial da Saquarema Participações S.A., tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior.

Em 2 de maio de 2003, mediante realização de AGE, com a presença da totalidade dos acionistas, teve sua denominação social alterada de ALTERE PARTICIPAÇÕES S/A para ALTERE SECURITIZADORA S/A, e o seu objeto social passou a ser a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"), nos termos da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de julho de 2003, por ocasião da emissão da 1.ª série de CRIs.

Em 30 de setembro de 2003, ocorreu a publicação de fato relevante que envolveu a Companhia e a sociedade GP Investimentos Imobiliários S.A., sua atual controladora, com o objetivo de comunicar a aquisição, pela GP Investimentos Imobiliários S.A., de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, representativas de 99,99% de seu capital votante e total.

Em 20 de Abril de 2006, a UN Participações Ltda ("UN") adquiriu ações representativas de 60,00% do capital votante e total da GP Investimentos Imobiliários S/A ("GP IMOB"), anteriormente de titularidade de GP Investimentos S/A, passando a ser controladora indireta da Companhia. Em 28 de abril de 2006, a companhia GP Investimentos Imobiliários S/A ("GP IMOB"), alterou sua denominação para Prosperitas Investimentos S.A. ("PI").

Em 07 de agosto de 2012, a Prosperitas Participações LTDA ("PP" - atual denominação de UN Participações LTDA) vendeu as ações que detinha da HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A. ("HSI" - atual denominação de Prosperitas Investimentos S.A.) para Hemisfério Sul Participações ("HSP"), e no mesmo dia, a Prosperitas Participações adquiriu todas as ações que a HSI – Hemisfério Sul Investimentos S.A. ("HSI") detinha da Altere Securitizadora, com isto a Prosperitas Participações LTDA passou a ser a controladora direta da companhia.

Em 25 de outubro de 2013, ocorreu a publicação de fato relevante que envolveu a Altere Securitizadora S.A. e a acionista Prosperitas Participações LTDA, sua atual controladora, onde mediante uma ata de reunião dos sócios, foi deliberada a incorporação da Prosperitas Participações LTDA pela Calaari Participações LTDA, passando esta a ser controladora direta da Altere Securitizadora S.A.

Em 23 janeiro de 2014 ocorreu a publicação de fato relevante sobre a compra e transferência integral das 36.139.533 (trinta e seis milhões, cento e trinta e nove mil, quinhentas e três) ações ordinárias representando 100% (cem por cento) do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto a Calaari Participações LTDA pelos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen.

Os atuais sócios controladores da Altere Securitizadora S/A deverão efetuar pagamento diretamente aos antigos sócios controladores da Altere Securitizadora S.A, à Calaari Participações Ltda, no montante equivalente ao Crédito Tributário registrado na companhia no valor de R\$ 989.690,84 (novecentos e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos) apurado na DFP de 31 de dezembro de 2013, conforme previsto no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações Ordinárias da Altere Securtizadora S/A firmado em 23 de janeiro de 2014.

Comentário do Desempenho

O referido valor somente será pago quando da efetiva realização financeira dos créditos tributários, conforme o mesmo vier a ser pago pelas autoridades tributárias ou reconhecido como crédito para pagamento de tributos. Os referidos pagamentos não transitarão pelas demonstrações contábeis da Companhia.

Em linha com o planejamento estratégico estabelecido, em 28 de Agosto de 2014 foram emitidas a 1ª e a 2ª séries de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em Cédula de Crédito Bancário Imobiliário (CCBI) junto a Porte Construtora LTDA pelo prazo de 35 meses no montante de R\$ 15.500.000,00.

Atualmente, a Altere detém 4 CRIs ativos, que compõe o montante de R\$ 51.214.927,29. Importante frisar que existem novas emissões de CRI(s) em negociação devendo a companhia encerrar o ano de 2014 com saldo de emissões superior a atual.

Como evento subsequente, em 04/11/2014 ocorreu à publicação de fato relevante sobre a compra e transferência de 12.049.177 (doze milhões quarenta e nove mil cento e setenta e sete) ações, representando 33,33% do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto aos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen pelo Sr. Alexandre Gomide Moreira dos Santos.

Visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o atual exercício qualquer prestação de serviços, que não o de auditoria externa, do seu auditor independente PHD Partners Auditores Independentes S/S.

Por fim, a Administração da Companhia e acionistas desenvolvem no último trimestre de 2014 todo o planejamento técnico e operacional para o ano de 2015.

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

ALTERE SECURITIZADORA S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de setembro 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Altere Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 14 de setembro de 1998, fruto da cisão parcial da sociedade Saquarema Participações S.A., e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 2 de maio de 2003, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, que passou a ser a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e a prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. Nessa mesma assembleia foi também aprovada a alteração da denominação social para Altere Securitizadora S.A.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 30 de julho de 2003, por ocasião da emissão da 1ª série de CRIs.

Do início das operações até 30 de Setembro de 2014, a Companhia realizou a emissão de 17 séries de Cris, todos da 1ª emissão, representado por um total de 827 certificados, emitidos sob regime fiduciário, sem garantia flutuante nem coobrigação da Companhia. Atualmente a Companhia detém 5 Cris ativos no montante de R\$ 51.158 em 30 de Setembro de 2014 (R\$ 53.523 em 2013).

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, entre outros. A Companhia elabora suas informações trimestrais, exceto as informações de fluxos de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as das informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

Notas Explicativas

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.3.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.5 Capital social

O capital social é composto por 36.147.533 ações ordinárias nominativas.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, se e quando incorridos, são

Notas Explicativas

demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Adiantamentos para futuro aumento de capital são classificados no patrimônio líquido considerando as suas características específicas. Os valores aportados pelos acionistas são registrados como adiantamentos para futuro aumento de capital, sendo posteriormente transformados em ações ordinárias, através de atos societários. Os termos de conversão consideram um valor fixo de adiantamento por uma quantidade fixa de ações.

2.6 Reconhecimento da receita

(a) Receitas operacionais

A receita se dá pela administração dos CRI's e é apresentada líquida dos impostos e dos descontos.

2.7 Contas de compensação

As contas de compensação são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário. As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRIs, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais, vide maiores detalhes na Nota 13.

2.8 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações trimestrais ao final do exercício, com base nas previsões constantes no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.9 Resultado do semestre/trimestre

O resultado é apurado com base no regime contábil de competência.

3 Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

(a) Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

(b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos a rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

(c) Risco de liquidez

Notas Explicativas

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da companhia honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de riscos primário, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

(d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>3</u>	<u>22</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>3</u>	<u>22</u>

5. Impostos a recuperar

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
IRRF a recuperar anos anteriores	1.047	975
IRRF s/ aplicações financeiras	-	-
CSLL a recuperar anos anteriores	6	3
Demais Impostos a compensar	<u>13</u>	<u>12</u>
	<u>1.066</u>	<u>990</u>

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

6. Contas a pagar

O saldo em 30 de Junho de 2014, no valor de R\$ 2 (R\$2 em 31 de dezembro de 2013), refere-se a despesas com auditoria, serviços contábeis e custódias.

7. Impostos recolher

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
COFINS a recolher	-	-
IRPJ a recolher	6	-

Notas Explicativas

CSLL a recolher	4	-
Imposto retido na fonte	-	-
	<u>10</u>	<u>-</u>

8. Dividendos a pagar

Referente ao exercício de:	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
2009	-	140
2010	-	78
2011	-	58
2012	-	6
2012	-	19
	<u>-</u>	<u>301</u>

A Companhia, em 29 de fevereiro, 30 de novembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013 efetuou pagamento de dividendos no montante de R\$ 631, R\$ 467, e 301 respectivamente.

9. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 14 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$ 342, por meio da emissão e subscrição de 23.246.525 ações ordinárias nominativas pela acionista Calaari Participações LTDA integralizado por meio da capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuado pelo acionista.

Em 23 de janeiro de 2014 a Calaari Participações LTDA vendeu e transferiu a integralidade de suas 36.139.533 ações ordinárias nominativas aos Srs. Felipe Wallace Simonsen e Armando Miguel Gallo Neto.

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de setembro de 2014, está dividido em 36.147.533 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no montante de R\$ 965, representadas pela seguinte composição acionária:

<u>Acionistas</u>	<u>%</u>	<u>Ações</u>
Felipe Wallace Simonsen	50,00000138%	18.073.767
Armando Miguel Gallo Neto	49,99999862%	18.073.766
Capital subscrito	<u>100,00000%</u>	<u>36.147.533</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

(c) Prejuízo por ação (milhares)

(i) Prejuízo básico por ação

Notas Explicativas

	<u>Set 2014</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(24)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhões)	<u>36</u>
Prejuízo básico por milhões de ações – reais	<u><u>(0,67)</u></u>

(ii) Prejuízo diluído por ação

	<u>Set 2014</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(24)
Quantidade de ações ordinárias emitidas (milhões) e a emitir relacionadas a AFACs	<u>36</u>
Prejuízo diluído por milhares de ações – reais	<u><u>(0,67)</u></u>

O prejuízo diluído por ação considera as quantidades médias de ações que serão objeto de subscrição e integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital.

10. Despesas gerais e administrativas

Correspondem a gastos com taxa de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), contribuição sindical, cópias, publicações, serviços de terceiros (auditoria, contabilidade e consultoria jurídica) e outros.

11. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devessem estar registrados nas informações trimestrais encerradas em 30 de setembro de 2014.

12. Outras informações

Remuneração do pessoal-chave

Os Administradores da Companhia não receberam remuneração fixa no trimestre findo em 31 de Março de 2014.

13. Eventos Subsequentes

Em 04/11/2014 ocorreu à publicação de fato relevante sobre a compra e transferência de 12.049.177 (doze milhões quarenta e nove mil cento e setenta e sete) ações, representando 33,33% do controle acionário da Altere Securitizadora S/A junto aos Srs. Armando Miguel Gallo Neto e Felipe Wallace Simonsen pelo Sr. Alexandre Gomide Moreira dos Santos.

14. Balanço fiduciário

Refere-se a contrato de cessão de recebíveis imobiliários, efetuado de acordo com a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário. As contas de compensação registram, por um lado, os recebíveis imobiliários e, por outro, os CRIs, atualizados com base nos encargos financeiros contratuais da seguinte forma:

Notas Explicativas

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Balanço patrimonial CRI 001/006/007		
CRI 001/006/007 carteira de recebíveis	-	-
Disponibilidades	-	49(a)
Aplicações financeiras	-	-
Ativo	<u>-</u>	<u>49</u>
CRI 001/006/007 Certificados de Recebíveis Imobiliários a pagar	-	-
Outras obrigações vinculadas	-	49 (f)
Passivo	<u>-</u>	<u>49</u>
Balanço patrimonial CRI 001/008		
CRI 001/008 carteira de recebíveis	3.819	14.593 (b)
Disponibilidades	2	11 (b)
Ativo	<u>3.821</u>	<u>14.604</u>
CRI 001/008 Certificados de Recebíveis Imobiliários a pagar	3.819	14.593 (g)
Outras obrigações vinculadas	2	11 (g)
Passivo	<u>3.821</u>	<u>14.593</u>
Balanço patrimonial CRI 001/009/015		
CRI 001/009/015 carteira de recebíveis	-	-
Disponibilidades	-	14 (c)
Ativo	<u>-</u>	<u>14</u>
CRI 001/009/015 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	-	-
Outras obrigações vinculadas	-	14 (h)
Passivo	<u>-</u>	<u>14</u>
Balanço patrimonial CRI 001/011		
CRI 001/011 carteira de recebíveis	13.000	19.765 (d)
Disponibilidades	4	4 (d)
Ativo	<u>13.004</u>	<u>19.769</u>
CRI 001/011 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	13.000	19.765(i)
Outras obrigações vinculadas	4	4 (i)
Passivo	<u>13.004</u>	<u>19.769</u>
Balanço patrimonial CRI 001/014		

Notas Explicativas

CRI 001/011 carteira de recebíveis	18.766	19.165 (e)
Disponibilidades	<u>1</u>	<u>42 (e)</u>
Ativo	<u>18.767</u>	<u>19.207</u>
CRI 001/014 Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	18.766	19.165 (j)
Outras obrigações vinculadas	<u>1</u>	<u>42 (j)</u>
Passivo	<u>18.767</u>	<u>19.207</u>
Balanço patrimonial CRI 001/001 – Porte		
CRI 001/001 carteira de recebíveis	14.116	- (k)
Disponibilidades	<u>2</u>	<u>- (k)</u>
Ativo	<u>14.118</u>	<u>-</u>
CRI 001/001 - Porte Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	14.116	- (l)
Outras obrigações vinculadas	<u>2</u>	<u>- (l)</u>
Passivo	<u>14.118</u>	<u>-</u>
Balanço patrimonial CRI 001/002 – Porte		
CRI 001/002 carteira de recebíveis	1.512	- (m)
Disponibilidades	<u>-</u>	<u>- (m)</u>
Ativo	<u>1.512</u>	<u>-</u>
CRI 001/002 - Porte Certificados de recebíveis imobiliários a pagar	1.512	- (n)
Outras obrigações vinculadas	<u>-</u>	<u>- (n)</u>
Passivo	<u>1.512</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/006 e 007 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 23 de janeiro de 2013. O CRI teve sua liquidação final em janeiro de 2013
- (b) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/008 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 15 de dezembro de 2014;
- (c) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/009 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 10 de julho de 2020. A liquidação dos CRIs foi antecipada e realizada em 11 de outubro de 2012;
- (d) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/011 emitidos pela Altere. Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia flutuante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 10 de dezembro de 2015;
- (e) Refere-se à aquisição de recebíveis imobiliários, efetuada de acordo com a Lei nº 9.514, instituídos sob regime fiduciário, constituindo patrimônio separado da Companhia, e são lastros dos CRIs 001/014, emitidos pela Altere.

Notas Explicativas

Foram adquiridos mediante escritura pública de cessão, sem garantia fluante, com coobrigação da cedente e alienação fiduciária do imóvel objeto da securitização, com vencimento final em 17 de abril de 2023;

- (f) Refere-se à emissão de CRIs 001/006 e 007, com vencimento final em 23 de janeiro de 2013, remunerados à taxa de 12,10% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. O CRI teve sua liquidação final em janeiro de 2013;
- (g) Refere-se à emissão de CRIs 001/008, com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, remunerados à taxa de 8,60% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (h) Refere-se à emissão de CRIs 001/009, com vencimento final em 10 de julho de 2020, remunerados à taxa de 9,0% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. A liquidação dos CRIs foi antecipada e realizada em 11 de outubro de 2012;
- (i) Refere-se à emissão de CRIs 001/011, com vencimento final em 10 de dezembro de 2015, remunerados à taxa de 10,30% ao ano, acrescidos da variação do IGP-M, divulgado pela FGV. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (j) Refere-se à emissão de CRIs 001/014, com vencimento final em 17 de abril de 2023, remunerados à taxa de 9,00% ao ano, acrescidos da variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (o "IPCA-IBGE"). Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (k) Refere-se à emissão de CRIs 001/001 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (l) Refere-se à emissão de CRIs 001/001 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (m) Refere-se à emissão de CRIs 001/002 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;
- (n) Refere-se à emissão de CRIs 001/002 - Porte, com vencimento final em 07 de julho de 2017, remunerados à taxa de 127% do CDI ao ano. Os CRIs emitidos estão lastreados em recebíveis imobiliários, adquiridos em regime fiduciário e, portanto, excluídos do patrimônio da companhia. Contam com o acompanhamento do agente fiduciário, legitimado a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores;

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Altere Securitizadora S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Altere Securitizadora S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove e três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 – Contexto Operacional, que menciona que a companhia possui plano estratégico para retorno da rentabilidade em níveis suficientes para absorção de créditos tributários e compensação de impostos a recuperar registrados no ativo da companhia. Nosso relatório não está sendo ressalvado em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos também a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove e três meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborado, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de novembro de 2014

PHD PARTNERS Auditores Independentes S/S
CRC 2SP026811/O-3

José Armando Lins Figueira
Sócio
CRC 1SP125.140/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Padronizadas

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com o parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Alexandre Gomide Moreira dos Santos

Felipe Wallace Simonsen

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com a demonstração financeira padronizada e com o parecer dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Alexandre Gomide Moreira dos Santos

Felipe Wallace Simonsen